



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR**

JANAÍNA LIMA DUARTE

**OS DESAFIOS DO INGRESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: UM
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS ALUNOS ADVINDOS DOS ENSINOS
PÚBLICO E PRIVADO**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2022

JANAÍNA LIMA DUARTE

OS DESAFIOS DO INGRESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS ALUNOS ADVINDOS DOS ENSINOS PÚBLICO E PRIVADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em *Lato Sensu* em Docência do Ensino Superior do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (Campus Saúde), como requisito para obtenção de nota para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, Artigo Científico.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Iarley Brito Roque

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2022

JANAÍNA LIMA DUARTE

OS DESAFIOS DO INGRESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS ALUNOS ADVINDOS DOS ENSINOS PÚBLICO E DO PRIVADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em *Lato Sensu* em Docência do Ensino Superior do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (Campus Saúde), como requisito para obtenção de nota para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, Artigo Científico.

Aprovada em 30 de Junho de 2022

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE

Orientador

PROF. DR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA FIGUEIREDO

Examinador 1

PROF. ESP. ZARA MARIA LEITE DOS SANTOS

Examinadora 2

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2022

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho a minha avó Maria José Barros (in memoriam), pois mesmo de longe continua sendo inspiração para minha vida.”

AGRADECIMENTOS

A elaboração do presente trabalho de conclusão de curso não seria possível sem o apoio de algumas pessoas. Assim, venho por meio destas palavras agradecer a todos os que sempre me apoiaram e contribuíram para essa experiência e realização.

Deste modo, agradeço:

Primeiramente a Deus por estar sempre ao meu lado e nunca me deixar desistir diante das dificuldades encontradas.

À minha família, pois sempre me apoiaram, e tudo isto que estou vivendo é fruto da dedicação que sempre tiveram comigo.

Ao professor Dr. Joaquim Iarley Brito Roque pela sua compreensão em orientar-me, e enriquecer-me com suas opiniões e sugestões, engrandecendo minha formação.

Ao meu esposo, que sempre esteve presente durante esta caminhada e que sempre me apoiou de forma compreensiva e motivadora.

À todos os amigos que fiz durante este período de curso, que só contribuíram para o meu crescimento pessoal e educacional.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

A educação é a base fundamental para um desenvolvimento social e profissional dos cidadãos, em especial a educação superior que vem tendo nas últimas décadas um considerável crescimento no número de matrículas, dado que, para muitos jovens ingressar no ensino superior é um grande passo para se inserir no mercado de trabalho que se encontra cada dia mais competitivo. É neste contexto que este artigo apresenta um estudo que analisa quais os desafios do ingresso e permanência na universidade, fazendo um comparativo de alunos advindos do ensino público e privado. Metodologicamente esta investigação se organizou numa perspectiva qualitativa, se estruturando a partir de uma revisão teórica de autores que discutiram a temática, efetuamos uma leitura do material encontrado em concordância com o eixo temático apresentado no estudo, prosseguindo com a análise e interpretação. Para a construção dos resultados, utilizamos o termo de busca ingresso e permanência no ensino superior, utilizando-se do recurso pesquisa avançada na base de dados *Google Acadêmico*, na plataforma *Scientific Electronic Library (SciELO)* e na *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, priorizando o termo acima presente no título do trabalho, no período compreendido entre 2011 – 2021, após o estudo dos trabalhos foram produzidos resultados da análise, onde constatou-se que a discussão sobre a temática ingresso e permanência envolvem particularidades que precisam ser discutidas, uma vez que, a democratização do ingresso à educação superior trouxe consigo o desafio da permanência e evasão, resultante de múltiplas causas, como o âmbito educativo e a realidade do aluno.

Palavras-chave: Educação Superior; Ingresso e permanência; desafios do ingresso e permanência nas universidades.

ABSTRAT

Education is the fundamental basis for the social and professional development of citizens, especially higher education, which has seen considerable growth in enrollment in recent decades, given that, for many young people, entering higher education is a big step towards enter the job market that is increasingly competitive. It is in this context that this article presents a study that analyzes the challenges of entering and staying at the university, comparing students from public and private education. Methodologically, this investigation was organized in a qualitative perspective, structuring itself from a theoretical review of authors who discussed the theme, we carried out a reading of the material found in accordance with the thematic axis presented in the study, proceeding with the analysis and interpretation. For the construction of the results, we used the search term entry and permanence in higher education, using the advanced search feature in the *Google Scholar* database, in the *Scientific Electronic Library (SciELO)* platform and in the *Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES)*, prioritizing the above term present in the title of the work, in the period between 2011 - 2021, after the study of the works, results of the analysis were produced, where it was found that the discussion on the theme admission and permanence involve particularities that need to be be discussed, since the democratization of admission to higher education brought with it the challenge of permanence and evasion, resulting from multiple causes, such as the educational scope and the reality of the student.

Keywords: Higher Education; Admission and permanence; challenges of entrance and permanence in universities.

INTRODUÇÃO

A universidade representa a busca por uma vida melhor, é nessa perspectiva que a educação superior nas últimas décadas, vem se destacando pelo seu crescimento no número de matrículas, tanto em instituições superiores privadas quanto em públicas. Para muitos jovens ingressar em uma universidade representa um enorme passo para o ingresso no mercado de trabalho, que se encontra em elevada competitividade.

Porém, pode-se observar que para muitos estudantes esse sonho já se inicia cheio de dificuldades e desafios desde o seu acesso, isto tanto para os oriundos da rede pública quanto privada, sendo um pouco mais árduo para aqueles que vem do ensino público, essas dificuldades são encontradas mesmo diante das políticas públicas e das inúmeras estratégias e programas políticos governamentais adotados que visam garantir a equidade de acesso e a permanência dos alunos.

Teoricamente, todos podem ter acesso ao ensino superior, mas contraditoriamente, este acesso tem sido por inúmeras décadas, privilégio daqueles alunos que possuem condições que possa lhes proporcionar escola básica de excelência, ou também cursos preparatórios de qualidade para os exames de seleção para o ingresso, infelizmente esta é uma realidade ainda existente e que nos leva a inúmeros questionamentos do porque ainda existir tanta exclusividade por parte de alguns estudantes.

É claro que tais ações afirmativas e programas governamentais estão contribuindo para o crescente número de estudantes no ensino superior, mesmo que seja de forma lenta, no entanto, podemos perceber que esses programas de governamentais instituídos nas universidades ainda não são o suficiente para evitar o insucesso ao acesso/ingresso e também a evasão, visto que, ingressar e permanecer na universidade detém de condicionantes internos e externos pertinentes as circunstâncias do aluno, fazendo-se necessário refletir sobre as dificuldades que estes discentes encontram tanto para ingressar quanto para permanecer no curso de graduação escolhido.

Constata-se ainda que, um dos grandes obstáculos que estes discentes encontram para permanecer no ensino superior é a questão econômica, ou seja, muitas vezes ter que conciliar o trabalho e a rotina diária com os estudos, isto se deve pôr em alguns casos o aluno ter uma situação financeira desfavorável, o que acaba

dificultando o deslocamento para a instituição e até a compra de materiais didáticos para o estudo em classe e extraclasse.

Nesse contexto, destaca-se também o modelo e qualidade de ensino da rede pública comparado ao privado, como constata Oliveira (2000, p.92).

Em pouco tempo, todas as pessoas terão oito anos de escolarização, no entanto, nem todas contereão acesso aos mesmos graus de conhecimentos. Inúmeros, nem se quer a estágios mínimos. Portanto, assim, desfazer-se a exclusão da escola, mas não elimina-se a exclusão do alcance ao aprendizado, desenvolvendo-se circunstâncias que são historicamente novas para procuras por uma melhor qualidade de ensino.

As consequências desta exclusão do conhecimento, apresentam-se com toda força principalmente nas primeiras etapas do curso, onde são abordados aqueles conteúdo do ensino médio, onde os professores acreditam que todos os alunos compreendam.

Cabe destacar também que o ensino privado ensina o aluno a ser um estudante ágil no processo de aprendizagem, diferentemente do ensino público que se preocupa bastante é com as avaliações externas, não ser um aluno atuante é um dos fatos que afeta muito na permanência dos mesmos no ensino superior, visto que, ao está na universidade o aluno tem que ser um indivíduo ativo, esforçado ou então terminará reprovando disciplinas, dado que a adaptação leva tempo e não é assim tão simples.

Salienta-se ainda que, o sistema de formação apresentado no ensino superior é distinto do exposto na educação básica, percebemos que diversas universidades veem os seus recém-ingressos como se já estivessem prontos para cursarem suas determinadas graduações, somado a isto vem ainda a expectativa de alguns professores em relação a assuntos que supõem que todos os alunos já saibam, todavia, é a partir daí que se começa os desafios e o estranhamento do aluno com o seu novo nível de ensino.

Além disso, é importante reforçar que os sistemas de ingresso estão muito seletivos, os currículos poucos ajustáveis e distantes da realidade dos alunos, além de políticas de assistências e afirmativas que precisam serem aprimoradas, para que contribuam não apenas para a inserção e permanência, mas também para que estes estudantes tenham boa formação acadêmica e conclua o curso.

Acredita-se ainda que, estas dificuldades para ingresso e permanência contribuem muito para a não realização do sonho e para o abandono do aluno da universidade e inclusive para a desigualdade social, dado que, o mercado de trabalho encontra-se cada vez mais exigente, buscando profissionais competentes para realizarem as mais diversas funções.

O momento atual que estamos vivenciando é favorável para estudarmos sobre o tema aqui proposto, uma vez que, ainda estamos longe de eliminar as desigualdades de acesso, e de fazer com que esse aluno permaneça e conclua seu curso, este momento pandêmico fez nos perceber que muitas lacunas ainda precisam ser verificadas e analisadas, visto que, a educação é uma ferramenta essencial para que tais injustiças sejam corrigidas e, por ser um direito primordial, deve ser oferecida a toda a humanidade indefinidamente.

Assim, diante do exposto apresentaremos nesse trabalho um estudo sobre quais os principais desafios os estudantes encontram ao ingressarem e permanecerem nas universidades públicas, visto que, o debate do ingresso ao ensino superior, especialmente ao ensino superior público, está profundamente ligado a questão de permanência estudantil, principalmente em um contexto diversificado do perfil dos alunos ingressantes, que são advindos tanto do ensino público quanto do ensino privado.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A educação superior faz parte de um processo de construção e formação humana, está ligado diretamente com a história da sociedade, a mesma impulsiona este público jovem a realizações de conquistas e sonhos que muitas vezes são vistos como impossíveis, buscando assim, garantir a equidade e o desenvolvimento da sociedade nas suas dimensões humanas.

O ensino superior no Brasil surgiu pela primeira vez na história com os Jesuítas, em torno de 1759, limitado aos cursos de Filosofia e Teologia, no momento em que conseguiram ter o reconhecimento do curso superior de mestres em arte, depois disso desapareceu por um certo período e só reapareceu com a chegada da Corte Portuguesa que necessitava de mão – de – obras qualificadas e capacitadas (CAVALCANTE,2000).

Por este motivo foram criados os cursos superiores, onde os primeiros foram de medicina, direito e engenharia, estes cursos eram separados e isolados, restritos somente a corte. O ensino superior brasileiro conservou a estrutura originária de Portugal, onde teve como sua principal fonte de referência a Universidade de Coimbra, no entanto, o modelo de ensino da Universidade de Coimbra “encontrou-se com uma população distinta da europeia, isto é, a formação, as universidades brasileiras sempre foram centros de incessantes e importantes transformações, que permanecem até no momento atual (BOTTONI, SARDANO e COSTA, 2013, p.17).

A criação da primeira universidade brasileira se deu por volta de 1920, no Rio de Janeiro, onde foi construída a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo Rodrigues (2011, p. 45) a Universidade Federal do Rio de Janeiro foi fundada de forma imediata, ou seja, às pressas para poder consentir o título de Doutor Honoris Causa ao rei Alberto da Bélgica.

Contudo, foi somente nos anos de 1930 que novas universidades públicas no Brasil passaram a ser criadas, assim, desta data em diante, até o início dos anos 1970 expandiu-se a constituição de tais universidades por todos os extensos centros do país, sendo um grande número estaduais e também privadas, no entanto, neste período citado as universidades privadas não tinham fins lucrativos, dado que, as mesmas só passaram a ter fins lucrativos a partir de 1977 com a publicação da Lei de nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que assegurou a existência de IES com efeitos lucrativos.

À vista disso, com a promulgação da Lei de nº 9394/96 e com o conjunto de propósitos que a mesma estabelece, pôde-se observar que a educação superior adentrou em uma etapa de progresso, demorado, porém com significado importante para o país que tentava durante toda a década de noventa uma alavancagem para a educação superior.

Acredita-se que, este desenvolvimento só se deu devido a ampliação do acesso nas instituições públicas e privadas e posteriormente a criação de programas governamentais implementados na década do ano 2000, onde os mesmos eram destinados ao acesso e permanência de estudantes em universidades públicas e privadas, visando consolidar a oportunidade e igualdade desses estudantes em relação ao ensino superior brasileiro, sendo que, o processo de privatização do ensino superior fez com que o acesso da população de baixa renda nesse nível de ensino ficasse mais comprometido e, por conseguinte, a desigualdade social mais enfatizada.

Em conformidade ao exposto acima, a educação superior no Brasil é ofertada por Universidades, Institutos Superiores, Faculdades, Centros de Educação Tecnológico e Centros Universitários, podendo ser privados ou públicos, onde o cidadão que tiver interesse em estudar em algumas destas instituições brasileiras podem participar de alguns dos vários processos seletivos existentes atualmente para ingressar ao ensino superior, como o Vestibular, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a Avaliação Seriada do Ensino Médio, e os novos métodos de acesso e permanência de estudantes como os programas governamentais: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Programa Universidade para todos (PROUNI), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Além de contar também com ações afirmativas como a Lei nº 12.711 de 2012 (Lei de Cotas) que determina a reserva de no mínimo 50% das vagas em instituições federais para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, tais programas e ações afirmativas vem fortalecer o que já nos relata o artigo nº 205 da Constituição Federal de 1988, nos afirmando que a educação é definida como direito de todos e dever do estado e da família, conduzido nos princípios de liberdade e solidariedade humana, tendo por objetivo o absoluto desenvolvimento do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

O Brasil nos últimos anos se responsabilizou-se com a democratização da educação superior, de modo que venha a acolher e atender os interesses da sociedade, assegurando uma nova conexão entre público e privado, buscando reduzir as consequências dos inúmeros anos de história de exclusão de grupos sociais.

Todavia, esse processo de democratização é complexo, pois os programas tem levado a um crescente número de estudantes matriculados, no entanto, notou-se que a taxa de conclusão média não aumentou tanto quanto a taxa de matrícula causando grande preocupação para o país, dado que, uma das principais razões que impossibilitam a concretização de maiores níveis de conclusão é a evasão, verificada em todo o sistema educacional brasileiro (SILVA FILHO e ARAUJO, 2017).

Nesse sentido, constata-se então que a forma de implementação dos programas e políticas institucionais para acesso e permanência no âmbito das universidades não são suficientes ou não são eficientes, despertando um enorme

desafio para as IES, em especial as instituições públicas, analisando a atual circunstância de crise econômica e política.

O Brasil é um país de diferenças e o seu ensino superior retrata, dessa maneira, uma forma histórica insistente da sociedade brasileira como um todo. Neves e Martins (2016) ressalta que é preciso enxergar que o ensino superior brasileiro tem suas particularidades, que certas vezes comprometem o convívio de realidades muito distintas. Estando entre essas particularidades a formação e a simultaneidade do ensino público e ensino privado, além de um regime de subsídio que se mostra incapacitado de assegurar um sistema firme de inclusão social. Por essa razão, os desafios são enormes.

INGRESSO E PERMANÊNCIA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Desde os anos noventa que o ingresso à universidade é meta nacional para inúmeros países, assim como para o Brasil. O acesso/ingresso ao ensino superior é um tema que vem estando bastante presente e discutido nas instituições de ensino superior, isso na expectativa da expansão de vagas, e na relação público e privado, entretanto, percebe-se que é um tema que não se pode trabalhar isoladamente, o mesmo tem uma ligação direta com o tema permanência, embora sejam fenômenos diferentes, possuem relação mútua, ou seja, podem-se ser estudados de forma simultânea como destaca Veloso (2010) “ A permanência dá significado ao acesso, deste modo, construí e dá continuidade ao caminho de formação.”

Nesse contexto, debater sobre a temática ingresso e permanência de forma separada não teria lógica, uma vez que, as circunstâncias de ingresso e de permanência do jovem na educação superior, assim como sua inserção no mercado de trabalho, tornaram-se imensos desafios no cenário em que a inclusão social é entendida como uma “possibilidade”, e não como “efetividade”. A democratização do ingresso à educação superior trouxe consigo o desafio da permanência e evasão, resultante de múltiplas causas, que se relacionam não apenas ao cotidiano do âmbito educativo, mas também às relações que o aluno tem com sua família e com os demais sujeitos sociais.

Ingressar no ensino superior requer um grande processo, até que se chegue a etapa da graduação é preciso passar por fases intensas e árduas, como se dedicar a muitas horas de estudo por dia para ser aprovado em um processo seletivo. Acredita-se ainda que, ao ingressar na universidade o discente esbarará com situações que são pouco comuns a sua realidade, sendo necessário que o aluno tenha uma adaptação, em relação as atividades acadêmicas e principalmente com o novo ambiente de ensino, como salienta Severino (2007, p.37).

No ensino superior, os grandes feitos do ensino e do conhecimento aprendido dependeram bastante da dedicação e esforço pessoal do estudante na realização das atividades acadêmicas, desfrutando bem dos benefícios dados, seja pela mediação dos professores, seja pela flexibilidade de recursos pedagógicos concedidos por a instituição de ensino.

Observa-se que, os jovens estão cada vez mais determinados a conseguir uma educação no Brasil que amplie suas habilidades, ao contrário de adentrar no mercado de trabalho diretamente logo após a conclusão do ensino médio obrigatório, mesmo quando a origem social exercer grande interferência no acesso às carreiras mais importantes, já que a ela estão relacionados os antecedentes escolares e entre outros fatores (ZAGO, 2006, p.232).

Apesar da vontade que os jovens estudantes tem em adentrar em uma universidade e também da expansão das políticas de inclusão, o acesso à educação superior continua historicamente limitada, restrita a uma certa parcela da população, é perceptível de ver isto quando se faz a comparação do ingresso de alunos oriundos do ensino público e privado, infelizmente o ensino superior brasileiro ainda é um pouco excludente, o que faz com que a questão do acesso e também da permanência estejam longe de serem resolvidos.

Embora o perfil elitista na universidade brasileira tenha mudado, sabe-se que quanto maior a classe social maior a condição de acessar, permanecer e concluir um ensino superior, visto que, o acesso está facilitado por conta dos programas do governo, mas a permanência ainda não está totalmente garantida.

O estágio atual das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantis ainda são recentes, não é possível apontar resultados sobre a eficácia quanto a sua implementação, desta forma, compreende-se que as mesmas devem passar por uma nova fase de discussões, de amadurecimento para que sejam aprimoradas e venham

a atender com êxito as condições do estudante permanecer no espaço universitário, pois como destaca Ortiz e Dehon (2013) a simples concessão de bolsa não é bastante para definir a permanência do estudante no ensino superior. Todavia, diferente de tempos anteriores é notório que há um certo progresso no que diz respeito ao ingresso e permanência, principalmente de uma parcela da sociedade que não tinha tantas possibilidades.

Cabe ressaltar também que a responsabilidade do ingresso e permanência não é somente do governo, dos programas e ações afirmativas instituídas, as instituições de ensino superior, no que diz respeito a permanência dos estudantes exercem um importante papel, quando considera-se desde a infraestrutura da instituição até um apoio para o transporte que este aluno precise, em virtude de, a permanência deste estudante no ensino superior ser muito influenciada pela inserção ao ambiente social e acadêmico, em virtude de, os estudantes que ingressam na universidade estarem ingressando cada vez mais novos.

Para muitos discentes, a transição do ensino médio para o ensino superior é um pouco complexa, principalmente nos primeiros semestres dos cursos, as expectativas depositadas pelo aluno muitas vezes são equivocadas, então a possibilidade de decepções surge quando ficam diante da verdadeira realidade, desse modo começam a aparecer a angústia, o desânimo, a desmotivação e até mesmo a vontade de desistir do curso.

Nesse sentido, Tinto (2012) ressalta que, ao tratarmos sobre a permanência, as instituições e seus colaboradores compreendam que a mesma vai além da matrícula de estudantes na universidade, apesar de este ser o primeiro e significativo passo. A permanência corresponde a um dos principais objetivos das instituições de ensino superior, que é a educação dos sujeitos, e não pensar apenas na escolarização, buscando assim, engajar e integrar o estudante na universidade, pois quanto mais ele está engajado e incluído, mas possibilidade ele tem de permanecer nos estudos.

Dessa forma, compreendemos que para se ter assegurado o direito ao ensino superior é necessário políticas públicas de assistência estudantil, na esfera da universidade que concretize essa expectativa.

O acesso ao ensino superior deve vir assistido de medidas efetivas que assegurem a permanência dos estudantes nas universidades. Porém, isto exige investimento significativo em assistência estudantil sujeitando-se

também da consolidação da educação pública em todos os níveis de ensino, seja no fundamental, médio e superior, desta forma, como de restaurações sociais fortes que guiem a uma melhor partilha de renda, acabando com a desonrosa desigualdade e a histórica injustiça social presentes no Brasil (PAULA, 2009, p. 19).

A educação é um dos principais instrumentos para o desenvolvimento social, é através da mesma que se pode existir uma variabilidade e transformação social, por este motivo é de fundamental importância que o governo designe recursos e incentive a formação dos discentes para que se tenha jovens capacitados para desenvolver e ocupar cargos importantes na sociedade, assim promovendo a mudança social enquanto indivíduos independentes.

DESAFIOS QUE OS DISCENTES ENFRENTAM PARA INGRESSAR E PERMANECER NO ENSINO SUPERIOR

“Quem acredita que a luta de um estudante universitário termina quando ele, enfim alcança uma vaga na faculdade está enganado. Depois da aprovação no vestibular surge a árdua batalha.”

(Jornal do comercio,28/08/2012)

Relatar as indagações mais extensivas que envolvem os desafios do ingresso e permanência no contexto universitário é parar para refletir de forma consciente, é olhar de forma mais profunda, mas abrangente, ou seja, é se ter um olhar que vá além do ingressar e permanecer, compreendendo que permanência vai além da matrícula na universidade, como já citado anteriormente. É preciso entender que para acessar/ingressar e permanecer no ensino superior público o aluno irá ter que enfrentar grandes desafios que se encontram nos diferentes níveis e modalidades educacionais, na vida cotidiana e também no que se diz respeito a classe social, raça/etnia, gênero, doenças e entre outros fatores.

As questões do ingresso e permanência estão unificadas sob um cenário extremamente desigual da sociedade brasileira, contudo, são questões que se relacionam com as situações de vida dos estudantes universitários e que acabam reverberando no número reduzido de alunos concluintes, isto quando comparado aos ingressantes. Pacheco & Ristoff (2004, p. 9) destacam em seus estudos que muitos

estudantes universitários são tão necessitados que não possui condições favoráveis de adentrar ao ensino superior, embora o mesmo seja gratuito.

Assim, pode-se observar que, a condição financeira é o primeiro e grande bloqueio que os discentes das classes populares deparam-se no decorrer do desenvolvimento do seu curso de graduação, muitos desses estudantes necessitam de custeio financeiro para tentar prosseguir no curso escolhido, entre algumas situações ter que manter o seu deslocamento até a universidade, além também de precisar de recursos para adquirir materiais didáticos para seu uso em classe e extra classe, essas são algumas das circunstâncias que fazem com que o aluno precise trabalhar, o que repercute diretamente na aprendizagem deste, de modo que, se faz necessário que o mesmo tenha que conciliar trabalho e estudo, mostrando o quanto é difícil e desafiador a dedicação exclusiva aos estudos e a conciliação com o trabalho.

Vale frisar ainda que, a carência educacional, é evidenciada em grande número nestes alunos, isso quando comparar-se aos que ingressam advindos da rede privada, que tem todo um apoio psicopedagógico e que levam consigo várias estratégias e orientações para enfrentar os desafios que são encontrados no início da graduação, principalmente quando se trata de cursos de alto prestígio. Dentre os percalços do início do curso está a introdução dos conteúdos, e é justamente esta uma das dificuldades que os estudantes das camadas mais populares enfrentam quando inicia-se a graduação, que é a falta de conhecimento sobre alguns conteúdos base, o que faz com que precisem de auxílio de monitorias e até aulas particulares.

Todavia, começam-se então o surgimento de novos problemas e questionamentos, onde os discentes se perguntam, de que forma, e como irão suprir estas necessidades, uma vez que, as políticas de ações afirmativas e assistências estudantis ainda não suprem toda demanda, além de que, os auxílios ofertados pelas universidades são feitos por seleções e nem todos são selecionados, entretanto, quando passam na seleção os valores ofertados não atende as necessidades da trajetória acadêmica, pois se o ingresso no ensino superior simboliza para esse grupo uma vitória, com certeza a outra será assegurar a sua permanência até o final do curso (ZAGO, 2006, p. 42).

Nesse sentido, destaca-se também a população negra e os povos indígenas que são outros grupos bastantes afetados, no que se refere ao ingresso e permanência no ensino superior, os desafios enfrentados por estes são inúmeros, mesmo diante de programas e ações governamentais que garantem o acesso e a

permanência, este povo ainda passam por esses problemas devido aos antecedentes históricos de exclusão dessas populações que transcorre até os dias de hoje.

Sabe-se que grande parte da população negra reside nas periferias das cidades onde se tem pouco ou nenhum acesso a moradia, em que a saúde é precária e uma educação que não são das melhores. Embora já tenham conquistado um amplo espaço no que se refere a educação através de suas lutas e reivindicações, estes até então têm que vencer o desafio da falta de respeito e também do racismo ocorrido no dia a dia nas universidades, Coelho et al (2019) salientam, em seu estudo sobre racismo nas universidades brasileiras, que muitos estudantes universitários negros ainda são atingidos cotidianamente pelo racismo durante a graduação.

Atrelado a este contexto, ressalta-se os obstáculos enfrentados pelos estudantes que possuem necessidades especiais, embora o direito destes alunos a educação esteja legalmente estabelecido através de Leis e documentos, tem-se ainda um certo descaso em relação a este discente, mesmo quando se fala tanto da inclusão desses alunos na educação básica e superior e principalmente na sociedade, para Takahama (2002) o modelo de inclusão que vem sendo apresentado nos últimos tempos tem gerado muitos questionamentos e conflitos, em virtude de que olham-se para as pessoas com necessidades especiais com o olhar de que são sujeitos incapazes.

Pode-se observar que atualmente temos uma demanda concreta em nossas universidades de pessoas com necessidades educacionais especiais que conseguem ingressar, no entanto, o número destes estudantes que chegam a finalizar e concluir o curso escolhido ainda é pequeno, os contratempos que atravessam o caminho dos mesmos são incontáveis, isto por muitas instituições ainda não terem um espaço físico adaptado e apropriado para receber estes discentes, além de recursos metodológicos e científicos que precisam ser melhorados. Cada aluno deve ser visto pela instituição como um indivíduo de presença atuante no campo coletivo, de compreensão no cenário em que vive seja ele um aluno considerado normal ou especial.

Outro fator que interfere na permanência de estudantes no ensino superior e que vem ganhando destaque nos últimos anos é a saúde mental, e este fato não ocorre somente com os alunos advindo da rede pública, é uma situação também evidenciada naqueles estudantes que são oriundos da rede privada, que tem condições financeiras favoráveis para um tratamento adequado.

Ingressar no ensino superior implica diretamente em um processo que é bastante exigente, como passar por mudanças e adaptar-se à nova realidade e ao novo nível de ensino, pôde-se evidenciar estas transições com bastante força nestes últimos anos, onde vivenciamos a pandemia da Covid-19, momento em que toda a humanidade teve que passar por inúmeras alterações e mudanças na rotina do seu dia a dia, onde a sociedade foi chamada a se reinventar, o que acabou mexendo bastante com a saúde mental de grande parte da população, inclusive dos estudantes, entre eles os universitários.

Compreendemos que qualquer transição, por mais pequena que seja é um forte princípio para o desequilíbrio emocional, estudos estatísticos constataam uma existência alta de alunos universitários com manifestações clinicamente expressivas, com predominância de ansiedade, transtorno de humor, alimentares, do sono e além do uso abusivo de substâncias químicas que agem no sistema nervoso central (NOUGUEIRA, 2017). Estes aspectos causam impactos marcantes e de longa duração na saúde e no bem-estar dos mesmos, implicando diretamente no desenvolvimento cognitivo e psicossocial, o que também interfere no rendimento escolar fazendo com que o aluno não permaneça no curso e acabe ocorrendo a evasão.

Neste cenário, entende-se que a educação brasileira ainda é um processo complexo e heterogêneo, é um sistema variado formado por diferentes tipos de organizações, de gestões e de métodos de financiamento que precisam ainda de ajustes, dado que, quando se olha do ponto de vista das realidades dos estudantes, as diferenças de classes, de raça/etnia e de renda, a desigualdade ainda é notável, o governo está incrementando e aprimorando muitas ações para ampliar o ingresso de estudantes nas universidades, entretanto é necessário que exista investimento nessas ações para que faça com que o aluno permaneça como argumenta Alberti:

A dificuldade não só apenas a de inserir mais estudantes no ensino superior, mas contudo, se faz indispensável a potencialização das ações junto ao conjunto de modificações em que isto exige, permitindo que as mudanças apresentadas transcorram de modo que venha a contribuir e ser geradoras de aprendizagem, oportunidades e inclusão (ALBERTI, 2008, p. 116).

Acredita-se que, está na universidade já é um grande sonho para o estudante, desta forma, é essencial que a educação faça a diferença na vida profissional dos indivíduos operantes nela.

METODOLOGIA

Acredita-se que, a pesquisa científica é a execução concreta de uma investigação organizada, produzida e exprimida de acordo com as regras da metodologia conceituada pela ciência, onde tem como objetivo encontrar respostas para problemas e questões levantadas, que surgiram em torno de uma incerteza ou de um impasse, permitindo-se ter um significativo aprimoramento, seja na construção de conhecimentos, e seja na partilha dos mesmos.

Assim, desenvolvemos no presente trabalho uma investigação metodológica qualitativa, entendida a partir de Marconi e Lakatos (2010) como uma pesquisa que tem como origem, analisar e interpretar fatores mais relevantes, buscando explicar as complicações do comportamento humano, além de disponibilizar diagnósticos mais detalhados sobre as investigações, ações e orientações do comportamento.

Neste sentido, visamos conhecer e interpretar, amparado por uma revisão teórica, os objetos em questão, ou seja, 'quais os desafios que os estudantes encontram ao ingressarem e permanecerem nas universidades públicas, fazendo um comparativo dos alunos oriundos do ensino público e privado'.

Para o levantamento dos dados foram realizadas pesquisas em bases de dados virtuais entre elas o *Google Acadêmico*, a plataforma *Scientific Electronic Library (SciELO)* e a *coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES)*. Essas bases foram escolhidas por ter acesso público e não restrito, permitindo acesso a um vasto arquivo de diferentes áreas do conhecimento.

Inicialmente, foi efetuado uma leitura do material encontrado de acordo com o eixo temático proposto no estudo, no segundo momento da fase investigativa, buscou-se elementos-chave expostos nos objetivos específicos e os contornos aproximados do problema, selecionando os aspectos mais relevantes e a determinação da situação em estudo, por fim, foi efetuada a análise e interpretação dos trabalhos escolhidos, onde determinou-se como critério utilizar-se apenas artigos científicos, no idioma português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca dos desafios que os jovens enfrentam para ingressar e permanecer no ensino superior expõe os diálogos e as expectativas do que é acessar, permanecer e concluir o curso de graduação. Esta pesquisa traz importantes considerações acerca da trajetória acadêmica dos estudantes oriundos do ensino público e privado no ensino superior.

É evidente o crescimento da educação superior na última década em relação ao número de matrículas, no entanto, não basta apenas ampliar e garantir o acesso, é preciso possibilitar aos discentes condições reais para sua permanência na graduação para que a conclusão ocorra com sucesso.

Pôde-se constatar que os programas implementados pelo governo no campo do acesso e da assistência estudantil tem um valor imenso para os estudantes, em particular para aqueles alunos que são oriundos da rede pública, uma vez que, lhes possibilita se dedicar um pouco mais aos estudos, porém tais programas ainda tem algumas fragilidades que precisam ser aprimoradas, além de que se faz necessário melhorias na educação básica pública, desde a estruturação física das escolas até ao ensino para que deste modo os estudantes das camadas populares cheguem ao ensino superior de forma mais tranquila.

Apesar de todas as dificuldades e questões que envolve o ingressar e permanecer, não é insignificante o impacto das políticas de ações afirmativas no ensino superior, e nem motivo para retroceder.

Uma vez que, finalizamos a pesquisa percebemos também que a trajetória dos discentes universitários excede o rompimento e superação dos obstáculos do ingresso e permanência, o que requer por partes dos alunos, mecanismos de combate contra o preconceito e restrições presentes no ambiente universitário e externo a ele.

Com virtude aos argumentos apresentados, ressaltamos ainda a importância da composição de métodos e estratégias de interferência com competências éticas e técnicas que se estendam em oportunidades, na possibilidade do acesso, permanência e desenvolvimento dos alunos, a partir do ponto de vista da universalização da educação. Fica assim evidenciado que para vencer tantas adversidades é preciso muito esforço, principalmente por parte daqueles que tem um menor poder econômico.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, T. F. Atendimento aos estudantes universitários: um olhar etnográfico. In: KULLMANN, G. G. *et al.* (Org.). *Apoio estudantil: reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior*. Santa Maria: UFSM, 2008, v. 1, p. 101-118.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 20 Out. 2021.

BOTTONI, A.; SARDANO, E. J.; COSTA FILHO, G. B. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. *Gestão universitária: os caminhos para a excelência*. Porto Alegre: Penso, p. 19-42, 2013.

COELHO, I. M.; ALVES, R. A. L.; SOUSA, D. C.; & HONORATO, E. J. S. (2019). Preto lá faz faculdade? Uma revisão da literatura sobre racismo nas universidades brasileiras. *Revista Intersaberes*, 14(32), 381–395. <https://doi.org/10.22169/revint.v14i32.1563>

CAVALCANTE, J. F. Educação superior: conceitos, definições e classificações. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

GALLERT, C.; GÓES, E.; LEWANDOWSKI, J. Acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. *Revista Ensino Interdisciplinar*, 2021-03-23, vol. 7 (20), p. 202-220.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

NEVES, C. E. B; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: S. S. Tom Dwyer [et al.], *Jovens universitários em um mundo em transformações: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p. 95-124.

NUNES, R. S. R.; VELOSO, T. C. M. A. A permanência na educação superior: Múltiplos olhares. *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v. 6 n.16, p.48-63, jan./abr.2016.

NOUGUERA, M. J. C. (2017). Saúde mental em estudantes do ensino superior: fatores protetores e fatores de risco. Universidade de Lisboa. Lisboa.

OLIVEIRA, R. P. Reformas educativas no Brasil na década de 90. *in*: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (orgs.). *Reformas educacionais em Portugal e no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 77-94.

ORTIZ, E. A.; DEHON, C. Roads to Success in the Belgian French Community's Higher Education System: Predictors of Dropout and Degree Completion at the Université Libre de Bruxelles, *Research in Higher Education*, v. 54, n. 6, pp. 693-723.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. Educação superior: democratizando o acesso. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004 (Série Documental. Textos para discussão n. 12).

RODRIGUES, G. M. Ensino privado: a qualidade imagem. E a In: S. S. Colombo, G. M. Rodrigues & Colaboradores (Orgs.), Desafios da gestão universitária contemporânea. [Recurso eletrônico] (Cap. 2, p. 43-58). Porto Alegre: Penso, 2011.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. Evasão no Ensino Superior Brasileiro. Revista Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

_____. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro – Novos Dados. Instituto Lobo, São Paulo, n. 88, 2017.

TINTO, Vincent. Completing college: Rethinking institutional action. University of Chicago Press, 2012.

VELOSO, T. C. M. A. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. Série Estudos, Campo Grande, n. 30, p. 221-235, jul./dez. 2010.

XEREX, A. S. P.; RIBEIRO, L. T. F.; MARTINS, R. V.; NASCIMENTO, K. A. S. Jovens da escola pública e reflexões à cerca das possibilidades e limites de seu ingresso nas universidades brasileiras. Revista de Pedagogia de la Universidad de Salamanca. 2020, v. 26 ; p. 187-198.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.